

PERSPECTIVA DE ESTUDANTES INDÍGENAS SOBRE AS FACILIDADES E DIFICULDADES PARA INGRESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE

Yohana Oliveira Gonçalves (PIBIC), Ana Flavia Da Silva Izepato, Ana Heloisa Mendes, Vitória Vasconcelos Logullo, Miriam Leiko Terabe. Sonia Silva Marcon (Orientador). E-mail: ssmarcon@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Biológicas, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Enfermagem/Enfermagem em Saúde Pública

Palavras-chave: Indígenas; Ensino Superior; Permanência;

RESUMO

O objetivo do estudo é compreender as perspectivas de indígenas sobre as dificuldades e facilidades para ingresso e permanência na Universidade. Trata-se de pesquisa descritiva exploratória de natureza qualitativa com dados coletados maio a julho de 2024 mediante entrevistas semiestruturadas, presenciais, audiogravadas após autorização e submetidos à análise de conteúdo, modalidade temática. Os participantes foram 13 acadêmicos, com idades entre 18 e 52, sendo sete do sexo feminino, matriculados em cursos diversos, enfermagem, medicina, direito, ciências contábeis, química e educação. Os resultados foram organizados em três categorias temáticas: “Apoio familiar e da comunidade indígena para ingresso na universidade”, “Fatores que influenciam ou determinam a permanência de indígenas na universidade” e “Apoio recebido na universidade”. A análise revelou que o suporte familiar e comunitário é crucial para o ingresso, enquanto a permanência depende de fatores como o suporte institucional e a adequação das condições de moradia e inclusão cultural. Conclui-se que a permanência dos estudantes indígenas na Universidade pode ser favorecida quando existe, apoio familiar, mas é imprescindível implementar estratégias eficazes de acolhimento, garantir moradia adequada e promover a visibilidade e preservação de sua cultura.

INTRODUÇÃO

No âmbito do estado do Paraná, o vestibular unificado dos povos indígenas constitui um marco de grande representatividade para esse grupo étnico. Marco este assegurado por meio da Lei Estadual nº 13.134/2001, posteriormente modificada pela Lei Estadual 14.995 de 2006, na qual a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), ao dispor sobre as reservas de vagas suplementares para indígenas no Sistema de Ensino Superior Público Paranaense, delegou competência às Universidades, para que, em conjunto, organizassem o Vestibular Específico Interinstitucional dos Povos Indígenas (Amaral, Fraga, Rodrigues, 2016).

Para tanto, as Instituições de Ensino Superior (IES), receberam apoio da Comissão Universidade para os Índios (CUIA), criada pela SETI em 2005, com a finalidade de coordenar o Vestibular dos Povos Indígenas, ficando encarregada de cuidar do processo seletivo, projetos de pesquisas, interações pedagógicas e do apoio ao aluno (Amaral, 2010).

Uma revisão integrativa nacional demonstrou que apesar das transformações culturais e sociais da crescente inserção indígena nas comunidades universitárias brasileiras e das promulgações de políticas públicas voltadas a atender as necessidades dos povos originários, estudos acerca das vivências desse público no ensino superior ainda são incipientes, demonstrando, portanto, a necessidade da realização de novas pesquisas (Franco, Silva, Ferreira, 2021).

Deste modo, considerando a necessidade de ampliação da produção de conhecimento nessa temática, impulsionada pela indagação central “O que facilita e o que dificulta o ingresso e a permanência dos povos originários no ensino superior público brasileiro?”, propõe-se a execução deste projeto de pesquisa, com o objetivo de compreender as perspectivas de indígenas sobre as dificuldades e facilidades para ingresso e permanência na Universidade.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa realizado com acadêmicos indígenas. Os dados foram coletados no período de maio a julho de 2024 mediante entrevista presencial realizada individualmente em dia, horário e local previamente agendado de acordo com a disponibilidade e preferência do participante e viável a pesquisadora. Os participantes do estudo foram localizados mediante utilização da técnica de amostragem não probabilística denominada *snow ball sampling* (bola de neve). As entrevistas foram áudio-gravadas após autorização do participante. Para análise, as entrevistas foram transcritas na íntegra e submetidas à Análise de Conteúdo. Foram respeitados os preceitos éticos disciplinados pelas Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do CNS, que discorrem sobre a execução de pesquisas envolvendo seres humanos. O projeto foi apreciado e autorizado pela Comissão Universidade Para os Índios (Cuia) e posteriormente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (COPEP) sob parecer 6.189.449.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo envolveu 13 indígenas, com idades entre 18 a 52 anos, com uma média de idade de 35 anos, sendo sete do sexo feminino. Entre eles, quatro cursam enfermagem, três medicina, três direito, e os demais estão em ciências contábeis, química e um mestrado em educação. Três categorias temáticas emergiram dos dados qualitativos:

Apoio familiar e da comunidade indígena para ingresso na universidade:

O apoio da família e da comunidade indígena foi crucial para o ingresso na universidade.

[...] Eles (família) foram a minha base assim e o meu impulso pra que eu saísse daquela zona de conforto, e fosse em busca de um futuro melhor” (P4)

“O que me motivou, foi ver a luta do meu povo, que desde criança, desde pequena eu vivencio isso [...] (P5)

Fatores que dificultam ou determinam a permanência de indígenas na universidade:

Os participantes enfrentaram dificuldades como distância da família, solidão, barreira linguística e adaptação ao novo ambiente acadêmico. O apoio financeiro, o projeto Cuia (uma comissão universitária de apoio indígena) e a rede de apoio familiar e comunitária foram fatores positivos para a permanência.

“[...] A distância familiar, e a distância da cultura, que dentro da minha comunidade, ela é muito viva” (P8)

“Primeiro o auxílio permanência, que ajuda a gente pagar o aluguel, e também o auxílio alimentação, que acabou ajudando também” (P10)

Apoio recebido na Universidade:

O auxílio estudantil, alimentação, transporte e o projeto Cuia foram citados como apoio essencial. No entanto, o apoio da coordenação dos cursos foi descrito como insuficiente, além do mais, citaram a necessidade de um maior acolhimento e criação de espaços dedicados para práticas culturais.

“A coordenação em nenhum momento eu vi eles, tendo uma iniciativa pra ajudar os indígenas dentro da universidade” (P6)

“[...]Acolhimento, reconhecer não só em telas e mídias e dizer nós temos alunos, ou se vangloriar a nós temos, entendeu, não é pegou a mão aqui e depois soltar, finge que deixa como está, “ah negligenciar” essa é a verdade, negligenciar, então é, eu acho que é isso” (P4)

Os estudantes indígenas possuem outras necessidades além das financeiras, moradia e alimentação, e que devem abranger outros fatores que favoreçam uma política de permanência, como a participação da comunidade universitária, apoio na formação, com cursos de leituras, escrita, idiomas e até mesmo monitorias de cursos específicos, buscando facilitar a permanência desses alunos, por meio destes fatores fortalecer o diálogo, com a população excluída do ambiente universitário, desta forma buscando inclusão e possibilitando que a exclusão e preconceitos (Franco, Silva, Ferreira, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa destaca a importância do apoio familiar para o ingresso e permanência de estudantes indígenas na universidade, oferecendo suporte emocional e motivacional. Os desafios incluem distância da família, barreiras linguísticas e dificuldades financeiras, apesar dos apoios universitários como bolsas e o projeto Cuia. O apoio da coordenação dos cursos é percebido como insuficiente. Além disso, a exclusão e o preconceito foram

apontados como fatores que afetam negativamente a experiência universitária. Faz-se necessário implementar estratégias mais eficazes de acolhimento e suporte, bem como a criação de espaços próprios de convivência para os indígenas de modo a favorecer a experiência acadêmica, a saúde mental e a permanência dos mesmos na instituição.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo incentivo e financiamento à pesquisa.

REFERÊNCIAS

AMARAL, W. R.; FRAGA, L.; RODRIGUES, I, C. **Coleção estudos afirmativos**, 8ª ed: Universidade para indígenas: a experiência do Paraná. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2016. 184 p. Disponível em: https://flacso.org.br/files/2016/09/Universidade-para-Indigenas-GEA-Estudos_8-web.pdf. Acesso em: 16 abr. 23.

AMARAL, W. R. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. 2010. 586 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba, 2010. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/23999/Tese%20Wagner%20R.%20Amaral.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 abr. 23.

FRANCO, L. C.; SILVA, M. H. R.; FERREIRA, T. D V. Povos indígenas e a universidade: revisão integrativa. **Revista Destaques Acadêmicos**, [S.l.], v. 13, n. 2, ago. 2021. ISSN 2176-3070. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/2797/1839> . Acesso em: 15 abr. 2023.